RECOMENDAÇÕES TCE-SP - MAIO A AGOSTO/2020

TC	PARTE	OBJETO	RESULTADO	PONTO DE OBSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÃO	PROVIDÊNCIAS
9275/989/20	Tatiana Rosa dos Santos e outros.	Admissão de pessoal - EDITAL: 02/2017 - Professor II	Julgados legais os atos de admissão	Remanejamento de especialidades, com utilização do cargo genérico de Professor II "para absorver cargos diversos e não previstos no quadro de pessoal do Executivo Municipal em afronta às especificidades das formações analisadas".	"Recomendo, à origem que ajuste seu quadro de pessoal no que se refere aos cargos de Professor II, a fim de atender o princípio constitucional da transparência, e definindo com precisão a metodologia de cálculos do número de vagas para os portadores de necessidades especiais".	Enviado e-mail com informação sobre o julgamento, com cópia da sentença proferida, para o secretário e a diretora do DGP.
5746/989/19	Adeilda Pereira da Silva e outros.	Admissão de pessoal - Tempo determinado - Processo seletivo nº 003-SME/2016 - Exercício 2017	Julgados legais os atos de admissão	"A impropriedade mais grave consiste na ausência de aplicação de prova objetiva e utilização de critério de avaliação adotado pela municipalidade consistente em pontuação por títulos e tempo de magistério".	Recomendou-se à origem "melhor adequação de suas contratações de Pessoal às disposições do artigo 37, inciso II da Constituição Federal".	Processo tramitado via SIPEX à SEC para ciência, ressaltando-se a necessidade de se dar atenção às recomendações do TCESP.
22803/989/18	Urbanizadora Municipal S/A - URBAM	Dispensa de Licitação e Contrato nº 427/18 - Gestão Integrada de Resíduos Sólidos	Irregular	Ausência de comprovação da compatibilidade dos preços contratados por falha na pesquisa de preços, realizada com empresa que não exerce atividade objeto do contrato (operação de aterro sanitário); aglutinação indevida de objetos, restando evidenciado pelos orçamentos apresentados que a contratação separada resultaria em economia da ordem de R\$ 6,7 milhões.	Não houve recomendação específica.	Interposto recurso ordinário, cujo julgamento se aguarda.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GOVERNANÇA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

7344/989/18	Ademilde Santos Nunes e outros	Admissão de professores PD e eventual - Tempo determinado - Processo seletivo nº 01/SME/2015 - Exercício 2016	Legalidade com recomendação	Contratações excessivas de forma desarrazoada; desnaturação do instituto da admissão temporária.	Não houve recomendação específica, porém ressaltou-se que a matéria receberia o beneplácito do Tribunal "sob severas recomendações".	Processo tramitado via SIPEX à SEC para ciência, ressaltando-se a necessidade de se dar atenção às recomendações do TCESP.
25858/989/18, 25060/989/18 e 46/989/19	URBAM – Urbanizadora Municipal S/A	Termos aditivos e de rerratificação ao Contrato 353/17 (gestão integrada e gerenciamento de resíduos sólidos)	Regular com recomendação	Publicação intempestiva dos instrumentos.	Recomendou-se que o Município se "atente para o cumprimento do artigo 82 das Instruções nº 02/16".	Processo tramitado via SIPEX à SMC para ciência, ressaltando-se a necessidade de se dar atenção às recomendações do TCESP.
17600/989/20	Célia Gomes Sardinha da Silva e outros	Admissão de pessoal - Exercício de 2018	Regular com recomendação	"Remanejamento da especialidade "Analista de Gestão Municipal Direito", com o cargo genérico de "Analista de Gestão Municipal", que é utilizado para absorver cargos diversos e não previstos no quadro de pessoal do Executivo Municipal em afronta às especificidades das formações".	"Recomendo a Origem que ajuste o Quadro de Pessoal no que tange ao cargo de "Analista em Gestão Municipal" e suas ramificações, fazendo um levantamento das necessidades e divisão das vagas por especialidades".	Enviado e-mail com informação sobre o julgamento, com cópia da sentença proferida, para o secretário e a diretora do DGP.
8124/989/16, 8267/989/16, 23999/989/19, 24003/989/19, 24004/989/19, 24007/989/19, 24053/989/19	Cabello & Cabello Comercial Ltda.	Licitação e Contrato nº 2522/15, bem como termos aditivos, execução contratual e rescisão.	Regular com recomendação	Não houve observação específica no corpo do voto, apenas a recomendação a seguir.	"Recomendo que nas futuras contratações sejam: (i) publicados os atos de adjudicação; (ii) devidamente justificadas as alterações contratuais; e (iii) providenciado o prévio empenhamento das despesas".	Processo tramitado via SIPEX à SMC para ciência, ressaltando-se a necessidade de se dar atenção às recomendações do TCESP.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GOVERNANÇA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

1496/989/18, 1502/989/18, 1510/989/18	General Motors do Brasil Ltda., Rodonaves Caminhões Comércio e Serviços Ltda. e S&W Máquinas e Equipamentos Ltda. – FPP	Aquisição de veículos tipo micro-ônibus, utilitário e leve	Irregular	Restritividade de especificações, sem a necessária demonstração de essencialidade dos tributos	Não houve recomendação específica.	Processo tramitado via SIPEX à SGAF e à SEC para ciência.
1367/007/11	Nipcable do Brasil Telecom Ltda	Pregão e Contrato - Instalação, configuração, operação, gerenciamento, suporte técnico e manutenção de rede sem fio ponto-multiponto	Irregular	Pesquisa de preços falha; inexistência de critérios objetivos e especificações dos elementos técnicos.	Não houve recomendação específica, mas apenas se determinou ao atual Prefeito que informe "as providências adotadas no âmbito administrativo, tais como apuração dos responsáveis, eventual sanção imposta, além de medidas para regularização e não repetição das falhas aqui relatadas".	Processo enviado à SGHO recomendando a abertura de averiguação preliminar. O procedimento já foi concluído e a decisão final já foi informada ao TCESP.
11532/989/17	MM Ambiental Limpeza e Conservação Ltda.	Pregão e Contrato nº 182/17 - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza hospitalar	Irregular	Observou-se a "ausência do necessário detalhamento do orçamento, não restou demonstrada a compatibilidade dos preços contratados com os praticados no mercado à época".	Não houve recomendação específica. Fixou-se o prazo de 60 dias para que o responsável informe as medidas adotadas em face do decidido.	Encaminhado à SS para ciência e análise de interesse recursal. A secretaria informou não ter interesse em recurso, e que a falha já foi corrigida. As providências já foram encaminhadas ao TCESP.

São José dos Campos, 04 de setembro de 2020.

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
SECRETARIA DE GOVERNANÇA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Ana Luiza Sanchez Dias
Analista em Gestão Municipal

Taísa da Cunha Leme Rossi
Analista em Gestão Municipal